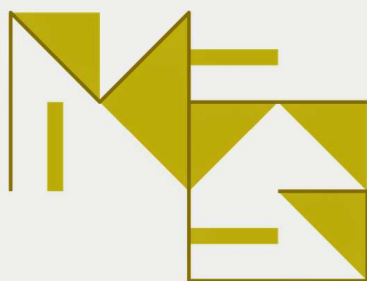




FENAPEF

**FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS**



M & G

**CONSULTORIA
POLÍTICA**

AGENDA SEMANAL

**09 a 13 de março
2026**

Cenário Político

A segunda semana de março em Brasília será marcada pelo início de debates estruturais sobre a jornada de trabalho, desdobramentos decisivos no sistema financeiro e o avanço de pautas institucionais no Judiciário. O foco central do Legislativo recai sobre a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que inaugura o ciclo de audiências públicas para discutir o fim da escala 6x1.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, é o primeiro convidado da terça-feira, abrindo um cronograma que deve incluir o ministro Fernando Haddad e representantes de setores produtivos. O governo tenta consolidar a proposta como um trunfo eleitoral, enquanto o relator, Paulo Azi, busca equilibrar o forte apelo popular com as resistências do setor produtivo, que alerta para o impacto bilionário nos custos de produção.

No Senado, o Caso Master ganha um novo capítulo com o possível depoimento de Daniel Bueno Vercaro na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), também na terça-feira. Preso em Brasília por ordem do STF, o banqueiro está no centro de uma crise que mistura suspeitas de fraudes bilionárias com pressões políticas sobre a cúpula do Judiciário. A validade jurídica de sua custódia será testada a partir de sexta-feira, quando a Segunda Turma do Supremo inicia o julgamento virtual para decidir se mantém a prisão determinada pelo ministro André Mendonça. Este julgamento é monitorado de perto por sua capacidade de impactar a estabilidade institucional e a imagem da Corte.

Paralelamente, o Judiciário enfrenta uma agenda de alta voltagem. O presidente do Supremo, Edson Fachin, coordena diálogos com tribunais para gerenciar a crise da remuneração e dos "penduricalhos", buscando uma regra de transição que pacifique a magistratura após as recentes suspensões de verbas extras. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a pauta pode ser ocupada pelo julgamento que mira o mandato do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por abuso de poder político e econômico. A semana termina sob o termômetro de três novas pesquisas de intenção de voto, que medirão o impacto das manifestações de oposição e o humor do eleitorado em relação às agendas econômicas do governo.





Alerta Diplomático

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, realizou uma ligação estratégica para o secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, na noite do último domingo, com o intuito de tratar de dois temas sensíveis para o governo brasileiro. Além de articular a futura viagem oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Washington para um encontro com Donald Trump — agenda que pode ser postergada para abril devido a questões de agenda e conflitos internacionais —, o chanceler brasileiro buscou barrar de forma incisiva o avanço de uma proposta americana que visa classificar facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como Organizações Terroristas Estrangeiras.

A articulação nos bastidores de Washington é encabeçada pelo próprio Marco Rubio e já se encontra em estágio avançado, com previsão de ser levada ao Congresso norte-americano nos próximos dias para ratificação. Caso a medida seja concretizada, a legislação dos Estados Unidos confere ao seu governo poderes extraterritoriais amplos. Isso inclui desde a aplicação de sanções financeiras severas, bloqueio de ativos bancários e deportações, até a autorização legal para que o Pentágono e o Departamento de Defesa conduzam operações de inteligência e o uso de força militar de maneira unilateral contra esses grupos, sob a justificativa de combate internacional ao "narcoterrorismo".

Para a diplomacia brasileira, a iniciativa representa uma ameaça direta à soberania nacional e abre uma perigosa brecha jurídica para intervenções estrangeiras armadas no país. O temor do Palácio do Planalto não é apenas teórico, sendo fortemente fundamentado nas ações recentes da gestão Trump na América do Sul. O principal precedente ocorreu em janeiro deste ano na Venezuela, quando, amparados pela classificação prévia do "Cartel de los Soles" como organização terrorista, os Estados Unidos lançaram uma operação militar em larga escala que culminou na captura do presidente Nicolás Maduro, levado a Nova York para ser julgado. O governo brasileiro trabalha agora para evitar que a justificativa do combate às drogas crie o mesmo cenário de vulnerabilidade em território nacional.

Perspectiva semanal

Avaliação Semanal do Governo

POLÍTICA



O governo federal enfrentou mais um revés político no Congresso após o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), negar o recurso de governistas e manter a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, aprovada pela CPMI do INSS.

No entanto, a ofensiva parlamentar acabou barrada na Justiça: uma decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou a determinação da comissão e suspendeu a quebra de sigilo do filho do presidente.

ECONOMIA



O crescimento da economia brasileira desacelerou para 2,3% em 2025, ante os 3,4% registrados em 2024, segundo dados do IBGE. O resultado reflete o peso dos juros elevados, mantidos em patamares restritivos devido ao déficit fiscal, que acabaram freando tanto o lado da demanda, com a retração do consumo das famílias e dos investimentos, quanto a oferta, impactando o ritmo dos serviços e da indústria.

SOCIAL



O ano de 2026 começou com um ritmo menor na criação de empregos formais em comparação ao ano anterior, mas com resultados que superaram as projeções do mercado. Segundo o Ministério do Trabalho, o mês de janeiro registrou um saldo líquido de 112,3 mil vagas com carteira assinada. Embora o número represente uma queda de 42,1 mil postos em relação a janeiro de 2025, a pasta mantém a perspectiva de que o mercado de trabalho continuará resiliente.

Notícias da Semana



Pacheco busca apoios que vão de Lula a Aécio para viabilizar candidatura a governador

FOLHA DE S. PAULO
★ ★ ★



Ministros do STF contam com amparo regimental para evitar ida à CPML

CNN



O 'envelope pardo' que inquieta Brasília e pode mexer com a disputa entre Lula e Flávio

veja



Haddad deixa governo semana que vem e será candidato em SP

O GLOBO



Banco Master: Senado tem assinaturas para CPI contra Toffoli e Moraes

METRÓPOLES



Declarar PCC narcoterrorista abre 'caixa de Pandora' contra soberania

uol



Sessão Plenário Ordinária

Terça-feira (10) - 14h

PL 5874/2025 – "Pacotão" de Gestão e Cargos

PL 5874/2025 - Poder Executivo - Institui o Reconhecimento de Saberes e Competências para o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; reajusta a remuneração dos cargos de Médico e de Médico Veterinário do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação...

Relator: Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)

Parecer: pendente de parecer.

**Não há matérias
de interesse na
pauta do Plenário
da Câmara dos
Deputados.**

Comissão de Segurança Pública... (CSPCCO)

Terça-feira (03) - 14h - Local : Anexo II, Plenário 06

PL 1100/2025 - Define como critério para repasse de verbas do FNSP o aumento de imigrantes

PL 1100/2025 - Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, a fim de dispor acerca do aumento da população imigrante no Brasil como critério para o rateio dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Relator: Coronel Ulysses (UNIÃO-AC)

Parecer: pela aprovação deste com substitutivo.

PL 4676/2025 - Defesa de Agentes de Segurança pela Defensoria Pública

PL 4676/2025 - Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que “estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados”, para atribuir à Defensoria Pública a defesa dos agentes dos órgãos de segurança pública previstos no art. 144 da Constituição Federal, em processos administrativos disciplinares e judiciais.

Relator: Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP)

Parecer: pela aprovação.

REQ 68/2026 CSPCCO - Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer o encaminhamento de Indicação à Procuradoria-Geral da República para sugerir a adoção de providências destinadas à apuração das circunstâncias da morte de investigado sob custódia da Polícia Federal nas dependências da Superintendência Regional da instituição em Minas Gerais, no âmbito da Operação Compliance Zero.

REQ 75/2026 CSPCCO - Evair Vieira de Melo (PP-ES) Requer a realização de visita técnica in loco nas dependências da Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, por parte de membros da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para verificação das condições de custódia e da cela onde ocorreu o suposto atentado contra a própria vida do investigado Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, no âmbito da Operação Compliance Zero.

REQ 77/2026 CSPCCO - Evair Vieira de Melo (PP-ES) - Requer convite ao Diretor-Geral da Polícia Federal para prestar esclarecimentos, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, acerca da suposta tentativa de suicídio de investigado sob custódia da Polícia Federal nas dependências da Superintendência Regional da instituição em Minas Gerais.

REQ 84/2026 CSPCCO - Marcos Pollon (PL-MS) - Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater os impactos da paralisação anunciada pela ADPF nas renovações de certificados de registro arma de fogo de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) e as medidas que serão tomadas para não lesar a população.



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por Moreira&Gregório Consultoria Política. Direitos reservados.*